

Do plano de classificação arquivístico para a Administração Local ao plano de classificação para a Administração: uma mudança de paradigma

Rosa Bela Azevedo

Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas

Edifício da Torre do Tombo, Alameda da Universidade

1649-010, Lisboa, Portugal

Tel: 210037227

E-mail: rosa.azevedo@dglab.gov.pt

RESUMO

A Administração para a execução das suas funções necessita cada vez mais da interação dos organismos que a compõem. Para que essa interação aconteça, é necessário que todos os organismos utilizem a mesma linguagem (interoperabilidade semântica) e que partilhem, assim, a mesma estrutura de classificação para a gestão da informação no âmbito da prossecução das suas funções. A fim de que esta premissa seja possível, a Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas, em parceria com os organismos da Administração, encontra-se a produzir um único plano de classificação, passível de ser utilizado por toda a

Um dos instrumentos utilizados para a gestão da informação nos organismos da Administração Pública são os planos de classificação. Estes reproduzem com exatidão a forma como a informação foi produzida, sendo por consequência um espelho da organização.

Não pretendendo de forma alguma elencar de forma exaustivo todo o tipo de planos de classificação que até ao presente tem vigorado nas organizações da Administração, cabe-nos aqui, no âmbito da apresentação deste trabalho, efetuar uma breve análise de alguns planos de classificação.

Administração, quer seja pelos organismos da Administração central, local ou mesmo ainda de empresas públicas que desempenhem funções na esfera do Estado; esse plano de classificação de natureza funcional será transversal a toda a Administração e permitirá a tão necessária interoperabilidade semântica.

PALAVRAS-CHAVE: Interoperabilidade semântica, transversalidade, Plano de Classificação para a Administração (central e local).

PLANOS DE CLASSIFICAÇÃO DOCUMENTAIS: UMA ESTRUTURA DE BASE ORGÂNICA E/OU TEMÁTICA

Com frequência um organismo, e não menos vulgarmente um serviço, como por exemplo um departamento ou mesmo uma divisão, elaboram uma estrutura de classificação específica da sua realidade que materializa os seus processos de trabalho. Conceptualmente, estes planos de classificação transpõem a orgânica da Instituição e/ou refletem as áreas temáticas quer do organismo quer do serviço. Não raras as circunstâncias em que surgem conjugadas as duas, apresentando assim o plano de classificação uma estrutura orgânica e temática

Estas estruturas de classificação podem ser elaboradas quer pelos arquivistas, quer pelos colaboradores de determinado Serviço, ou

mesmo surgirem acopladas aos vulgarmente designados “sistemas de gestão documental”, que muitas vezes não passam de sistemas de workflow, normalmente elaborados por empresas externas à organização.

Basicamente, essas estruturas classificativas podem apresentar as seguintes características:

- Consistem num sistema hierárquico representativo da orgânica, composto por 3 ou 4 níveis, no qual o 1º e 2º nível representam áreas funcionais e o 3º e ou 4º, de materialização da documentação.

- Trata-se de materializações que tanto podem representar áreas temáticas, como coleções e processos documentais.

- Regularmente, são efetuados com base em levantamentos documentais, após a documentação ter perdido a utilidade administrativa, aquando do seu ingresso no Arquivo "Histórico".

Estes planos de classificação têm como principal objetivo a recuperação da informação e a organização física da documentação em Arquivo Histórico e não propriamente a definição dos processos da organização que materializam a informação na fase de produção, sendo muitas das vezes concebidos sem a participação do Arquivista.

Encontramos ainda sistemas hierárquicos elaborados na fase de produção da informação, conceptualmente organizados no 1º e 2º nível como correspondente às unidades e subunidades orgânicas, das quais dependem o 3º e a 4º níveis, simultaneamente áreas temáticas, coleções e processos de uma organização ou de determinado departamento ou serviço.

Analisemos o caso da Portaria 1253/09, na qual surgem como instancias classificativas de 1º nível órgãos como as Assembleias Municipais e de Freguesia e Câmaras Municipais, assim como serviços como o Arquivo Municipal e a Biblioteca Municipal, ou áreas temáticas como “Estudos e Projetos”, “Ensino”, “Obras Particulares”. Aparecem aqui igualmente outros tipos de designações que apontam para outras áreas que correspondem, na prática, a unidades

orgânicas e/ou serviços, como é o caso do “Património”, “Contabilidade” e “Pessoal”.

Na referida portaria, a informação encontra-se materializada em instâncias classificativas de 2º nível, séries, de acordo com o procedimento de trabalho. Assim, surgem como coleções tipológicas (“Despachos do presidente da assembleia”, “Atestados médicos”...); ou sistemas de controlo da informação (“Copiador de correspondência expedida”...).

Analisando de forma sumaria os casos anteriormente enunciados, podemos concluir que a informação não é organizada por processo, de acordo com o ação a desenvolver. Para se ter a noção da totalidade da informação sobre a qual terão recaído os “Despachos do presidente”, será necessário compulsar outras séries documentais.

Ainda na mesma portaria, existem instâncias de classificação de 1º nível, com designação idêntica à da materialização da documentação, série, (“Património Cultural”...), que se encontra em duas instâncias de classificação, de 1º e 2º nível. Partindo do pressuposto de que a classificação é para ser efetuada por todos, esta cria sem dúvida, dificuldades e ambiguidade no momento de a efetivar, já que poderão ocorrer dúvidas quanto à classificação e/ou recuperação da referida documentação.

No caso que estamos a abordar, verifica-se ainda a utilização, num mesmo instrumento de classificação, de áreas temáticas que surgem, quer como instância de classificação de 1º, quer de 2ª nível. São disso exemplo as “atividades desportivas”, instância de 1º nível, e a série, instância de 2ª nível “atividades com escolas”, realidades que poderão suscitar dúvidas semelhantes às enunciadas no parágrafo anterior.

Os planos de classificação que surgem acoplados a sistemas de gestão documental ou a sistemas de workflow são outra realidade, visto serem elaborados a partir de uma matriz, também ela de natureza orgânica e/ou temática, o que faz com que, em alguns casos, surjam replicados em várias organizações, apenas com ligeiras adaptações, de acordo com a adquirente. Mesmo nos casos em que é produzido um plano de classificação que

contempla a organização da documentação na fase de produção, no que diz respeito à sua conceção, esta pouco reflete as necessidades da organização que o adquiriu, sendo por isso frequentemente abandonado o sistema de gestão documental.

No entanto e apesar do que aqui fica dito, também há a registar boas práticas, já que as firmas contratadas entendem por vezes a necessidade de elaborar estes instrumentos em estreita colaboração com os arquivistas da organização, conhecedores dos processos e do seu funcionamento.

Nenhum dos planos de classificação aqui sumariamente caracterizados permite a troca de informação dentro da organização onde foram produzidos, muito menos podendo suprir a necessidade de troca da mesma de forma supra-organizacional. Trata-se pois de uma Administração umbilical, não estando apta a aceitar os desafios de uma nova era que preconiza uma Administração aberta, transparente, voltada para o cidadão, capaz de trabalhar em plataformas e de usar e reutilizar informação produzida por outras organizações, sejam elas do universo da Administração Central ou Local.

UMA MUDANÇA DE PARADIGMA

A troca de informação entre os organismos só é possível com a utilização de uma linguagem comum - interoperabilidade semântica. Esta surge como uma necessidade premente da Administração dos nossos dias, que, para tramitação e conclusão dos seus processos, necessita comunicar com organismos da Administração local e/ou central.

Os processos são transversais à Administração e circulam, na maioria das vezes, em plataformas comuns, onde cada serviço executa parte do processo de negócio de acordo com a sua competência específica, podendo inclusive ser apenas intermediário entre o cidadão e um outro serviço da Administração.

A criação e utilização de plataformas comuns, transversais à Administração, para a tramitação da informação, com vista a produzir um bem ou

um serviço (conceito de processo de negócio), obriga, por sua vez, a que os serviços, independentemente da sua ação, se consciencializem da necessidade de utilizar a mesma classificação aquando da execução de um mesmo processo de negócio.

A importância desta de interoperabilidade já é aliás apontada pelos Parlamento e Conselho europeus, através da diretiva nº 922/2009/EC “Soluções de interoperabilidade para as administrações públicas europeias”. “No documento, define-se “interoperabilidade”, como a “capacidade de organizações díspares e diversas interagirem com vista à consecução de objetivos comuns com benefícios mútuos, definidos de comum acordo e implicando a partilha de informações e conhecimentos entre as organizações, no âmbito dos processos administrativos a que dão apoio, mediante o intercâmbio de dados entre os respetivos sistemas TIC” (LOURENÇO, et al., 2011).

A interação no seio da Administração, para a prossecução das suas funções, só é possível através da criação de uma estrutura classificativa de informação comum, passível de ser utilizada por todos os organismos, no momento da produção da informação. Esta solução não é compatível com a utilização de planos diferentes de classificação de estrutura orgânica ou temática, visto estes não permitirem, aliás como já anteriormente foi referenciado, a interoperabilidade semântica.

Tentando clarificar o que ficou dito no parágrafo anterior, a construção de um plano de classificação de estrutura orgânica e/ou temática permite que cada organismo classifique a documentação, tendo em conta o “para que serve” e não propriamente “o que é”, característica de um plano de classificação de natureza funcional.

Demonstremos essa contraposição:

- Um processo de licenciamento é classificado pelas autarquias num 1º nível temático, como “Obras particulares”, na série a 2º nível, “Licenciamento de obras particulares”. Quando tal ocorre quer em áreas históricas protegidas, quer em zonas de proteção especial, é solicitado à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e/ou à Agência Portuguesa do

Ambiente (APA), ou a outro serviço, consoante a proteção a que o espaço em causa se encontra sujeito, a obtenção de um parecer. Ora, este processo é classificado nos organismos onde tramita como um processo próprio de cada serviço, com uma classificação inerente, podendo constituir desde um processo de licenciamento (como é o caso da autarquia) a uma coleção de emissão de pareceres (como é o caso da DGPC).

- Em contrapartida, tomando o exemplo do licenciamento de farmácias, a classificação de um processo transversal, numa estrutura de classificação conforme à MEF ocorre na Função 450 – RECONHECIMENTOS E PERMISSÕES, subfunção 450.10 – Licenciamentos, certificações e outras autorizações, processo de negócio 450.10.216- Licenciamento de farmácias. Este licenciamento é uma atribuição do Infarmed, mas para acontecer é necessário um parecer da autarquia (razão pela qual se designou como transversal), que permita localizar as distâncias

entre as farmácias já existentes. Ora, quer o Infarmed, que instrói o processo, quer a autarquia que dá parecer, classificam a informação produzida/recebida dentro da mesma instância de classificação e no mesmo processo, circule este de forma analógica ou digital. Esta lógica opõe-se claramente à classificação num plano temático e/ou orgânico.

Concluindo, a atribuição de classificação diferente a um mesmo processo de negócio não permite a interoperabilidade entre Serviços. Pelo contrário, impossibilita a comunicação e a utilização de uma linguagem comum, provocando ineficiências no sistema de gestão da informação e consequentemente na Organização.

O quadro infra, demonstra a relação entre a classificação da informação num plano de natureza orgânica e ou temática, em contraponto com a realizada num plano de classificação funcional, tendo por base a Portaria de Gestão Documental nº 1253/2009:

Relação entre a classificação da informação num plano de natureza orgânica e ou temática tendo por base a Portaria de Gestão Documental nº 1253/2009

Tabela de Seleção anexa à Portaria nº 1253/2009			Plano de classificação funcional conforme à MEF	
Enquadramento Orgânico-funcional	Nº de Ref.	Série/subsérie documental	Código	Título
Atividades desportivas	1	Apoio a iniciativas promovidas por entidades externas.	900.10.503	Organização e participação em iniciativas de promoção ou divulgação de produtos e serviços
	2	Apoio ao desporto escolar	900.10.503	Organização e participação em iniciativas de promoção ou divulgação de produtos e serviços
	3	Comemorações e homenagens	900.10.500	Organização e participação em homenagens e cerimónias comemorativas
	4	Estudos e projetos para desenvolvimento do	150.10.100	Definição de políticas setoriais

		desporto		
Arquivo municipal	111	Atividades editoriais	900.20.201	Edição de conteúdos e produção editorial
	112	Aquisição de arquivos e coleções	300.10.005	Transação e transmissão de bens móveis não culturais e contratação de serviços
	113	Autos de eliminação	300.10.300	Abate de bens móveis
	114	Avaliação documental	300.30.601	Avaliação de bens móveis
Câmara municipal	197	Atas das reuniões	150.10.701	Reunião de órgãos executivos
	198	Atividades editoriais	900.20.201	Edição de conteúdos e produção editorial
	199	Agendas das reuniões	150.10.701	Reunião de órgãos executivos
	212	Planos de atividades e orçamentos da receita e despesa	150.20.202	Preparação de orçamento

Um Plano de Classificação Único para a Administração

Levantamento dos processos de negócio que constituem o Plano de Classificação da Administração¹

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
100	ORDENAMENTO JURÍDICO E NORMATIVO				
100.10	Elaboração de diplomas jurídico-normativos e de normas técnicas				
100.10.001	Produção e comunicação de atos legislativos	X	X	X	X
100.10.002	Aprovação e comunicação de convenções internacionais	X			X
100.10.003	Comunicação de decisões dos tribunais a que a lei confira força obrigatória geral	X		X	X

¹ Neste quadro apenas apresentamos os processos de negócio levantados na Administração Local, INFARMED; IEFP e entidades no âmbito da Secretaria Geral da presidência do Conselho de Ministros.

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
100.10.200	Produção e comunicação de atos regulamentares gerais	X	X		X
100.10.400	Produção e comunicação de atos regulamentares locais	X			
100.10.600	Produção e comunicação de regras institucionais	X	X	X	X
100.10.800	Produção e comunicação de normas técnicas	X	X	X	X
100.20	Interpretação da legislação e das normas	X			
100.20.001	Produção de pareceres técnico-jurídicos de interpretação de diplomas jurídico-normativos	X	X	X	X
100.20.200	Produção e comunicação de instruções para aplicação de diplomas jurídico-normativos	X	X	X	X
100.20.400	Produção de orientações e pareceres para a interpretação da norma técnica	X	X	X	X
100.20.600	Produção e comunicação de decisões de uniformização de jurisprudência	X			X
150	PLANEAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA				
150.10	Definição e avaliação de políticas				
150.10.001	Definição de políticas globais	X	X		
150.10.100	Definição de políticas setoriais	X		X	X
150.10.200	Elaboração de instrumentos de ordenamento territorial e da promoção do desenvolvimento de âmbito nacional	X	X	X	X
150.10.300	Elaboração de instrumentos de ordenamento territorial e da promoção do desenvolvimento de âmbito regional	X			X
150.10.400	Elaboração de instrumentos de ordenamento territorial e da promoção do desenvolvimento de âmbito municipal	X	X		X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
150.10.500	Elaboração de instrumentos de cooperação interinstitucional	X	X	X	X
150.10.501	Negociação e celebração de acordos de concertação social	X			X
150.10.600	Avaliação de políticas e instrumentos de operacionalização	X	X	X	X
150.10.700	Reunião de órgãos deliberativos	X	X		X
150.10.701	Reunião de órgãos executivos	X			X
150.10.702	Reunião de órgãos e estruturas de aconselhamento	X	X		X
150.20	Planeamento, avaliação e melhoria de serviços	X			
150.20.001	Preparação de regras e orientações internas	X	X	X	X
150.20.100	Definição de metas e objetivos organizacionais	X	X	X	X
150.20.101	Planeamento de atividades	X	X	X	X
150.20.102	Planeamento de sistemas	X	X	X	X
150.20.200	Planeamento de necessidades de recursos humanos	X	X	X	X
150.20.201	Planeamento de necessidades de recursos materiais	X	X	X	X
150.20.202	Preparação do orçamento	X	X	X	X
150.20.300	Avaliação de atividades	X	X	X	X
150.20.301	Avaliação do desempenho das organizações	X	X	X	X
150.20.302	Avaliação de sistemas	X	X	X	X
150.20.400	Acompanhamento da execução orçamental	X	X	X	X
150.20.401	Acompanhamento de liquidação de entidades	X	X	X	X
150.20.402	Caracterização de entidades	X	X	X	X
150.20.403	Caracterização de recursos humanos	X	X	X	X
150.20.404	Prestação de contas	X	X	X	X
150.20.500	Análise e melhoria de processos	X	X	X	X
150.20.501	Análise e melhoria de serviços	X	X	X	X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
150.30	Produção de informações estratégicas e de segurança	X			
150.40.	Execução de operações estatísticas	X			
150.40.001	Realização de operações estatísticas oficiais	X	X		X
150.40.500	Recolha e tratamento de dados estatísticos para apoio à decisão	X	X	X	X
200	EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA				
200.10	Definição de políticas conjuntas e dos instrumentos de regulação				
200.10.001	Negociação e definição de posições nacionais		X	X	
200.10.002	Representação e participação em organizações internacionais	X	X	X	X
200.10.500	Celebração de acordos e outros atos internacionais	X	X	X	X
200.20	Coordenação e acompanhamento político e diplomático				
200.20.001	Acompanhamento da situação política internacional		X		X
200.20.500	Organização de visitas de Estado ou equiparadas		X		X
200.30	Projetos de execução da política externa				
200.30.001	Coordenação e execução de ações de ajuda humanitária e de emergência	X			X
200.30.301	Conceção de programas de cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento	X	X	X	X
200.30.302	Execução de projetos de cooperação para o desenvolvimento	X	X	X	X
200.30.303	Acompanhamento e avaliação da execução de projetos de cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento	X	X	X	X
200.30.600	Apoio à internacionalização	X	X	X	X
200.30.601	Organização e apoio a ações de promoção do país	X	X	X	X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
250	ADMINISTRAÇÃO DE RELAÇÕES DE TRABALHO				
250.10.	Estabelecimento e cessação de relações de trabalho				
250.10.001	Candidatura espontânea a trabalho	X	X	X	X
250.10.100	Procedimento concursal para preenchimento de cargos de direção	X	X	X	X
250.10.101	Procedimento concursal para preenchimento de postos de trabalho	X	X	X	X
250.10.102	Procedimento de recrutamento para serviços carenciados de recursos humanos	X	X	X	X
250.10.103	Seleção de candidatos para frequência de estágios profissionais	X	X	X	
250.10.200	Eleição para cargos públicos em órgãos sociais e estruturas internas	X	X	X	X
250.10.300	Seleção de cidadãos para a administração da justiça	X			X
250.10.301	Seleção de cidadãos para trabalho voluntário	X	X	X	X
250.10.400	Nomeação para cargos de direção, coordenação e controlo	X	X	X	X
250.10.401	Nomeação para postos de trabalho	X		X	X
250.10.500	Designação para cargos ou funções de confiança ou de interesse público	X	X	X	X
250.10.600	Contratação de trabalhadores em funções públicas	X	X	X	X
250.10.700	Provimento por eleição em cargos ou funções	X	X	X	X
250.10.800	Cessação da relação jurídica de emprego público	X	X	X	X
250.20	Gestão de relações individuais de trabalho				
250.20.001	Registo biográfico de trabalhadores	X	X	X	X
250.20.002	Atribuição de meios de identificação a trabalhadores	X	X	X	X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
250.20.200	Processamento de pedidos de horário de trabalho especial	X	X	X	X
250.20.201	Processamento de pedidos de trabalho extraordinário	X	X	X	X
250.20.400	Controlo de assiduidade e pontualidade	X	X	X	X
250.20.401	Participação de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais	X	X	X	X
250.20.402	Processamento de férias	X	X	X	X
250.20.403	Processamento de licenças de ausência ao serviço	X	X	X	X
250.20.404	Processamento de pedidos de estatuto de bolseiro	X		X	X
250.20.600	Afetação transitória a postos de trabalho (mobilidade geral)	X	X	X	X
250.20.601	Alteração de posicionamento remuneratório	X	X	X	X
250.20.602	Autorização para o exercício de funções públicas em acumulação	X	X	X	X
250.20.603	Colocação de trabalhadores em situação de disponibilidade (mobilidade especial)	X	X	X	X
250.20.604	Processamento de pedidos de reclassificação profissional	X		X	X
250.20.800	Avaliação individual do desempenho	X	X	X	X
250.20.801	Harmonização e validação de avaliações de desempenho	X	X	X	X
250.20.802	Apreciação de propostas de avaliação do desempenho	X	X	X	X
250.20.803	Atribuição de prémios de desempenho, louvores ou medalhas	X	X	X	X
250.30	Gestão e acompanhamento de relações coletivas de trabalho				
250.30.001	Negociação de convenções coletivas de trabalho	X	X		X
250.30.300	Ações coletivas de defesa e promoção de interesses socioprofissionais	X	X	X	X
250.30.600	Prevenção e resolução de conflitos laborais	X	X	X	X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
300	ADMINISTRAÇÃO DE DIREITOS, BENS E SERVIÇOS				
300.10	Aquisição, venda, abate ou permuta				
300.10.001	Contratação de empreitadas de obras públicas	X	X	X	X
300.10.002	Contratação de fornecimento de serviços públicos essenciais	X	X	X	
300.10.003	Transação e transmissão de bens imóveis	X	X	X	X
300.10.004	Transação e transmissão de bens móveis culturais	X	X	X	X
300.10.005	Transação e transmissão de bens móveis não culturais e contratação de serviços	X	X	X	X
300.10.006	Transação e transmissão de direitos de propriedade intelectual	X	X	X	X
300.10.007	Transação e transmissão de participações sociais	X	X	X	X
300.10.300	Abate de bens móveis	X	X	X	X
300.10.301	Demolição de bens imóveis	X	X	X	
300.10.302	Eliminação de documentos e informação	X	X	X	X
300.10.600	Depósito de bens	X	X	X	X
300.10.601	Requisição temporária de bens do domínio privado	X			X
300.20	Concessão e parceria público-privada				
300.20.001	Constituição e acompanhamento de parcerias público-privadas	X	X		X
300.20.200	Concessão de obras públicas	X			X
300.20.400	Concessão de serviços e do uso ou exploração de bens do domínio público	X			X
300.30	Identificação e caracterização de bens				
300.30.001	Compilação técnica de obra	X	X	X	X
300.30.002	Inventariação de bens móveis culturais	X	X	X	X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
300.30.003	Inventariação de bens móveis duradouros	X	X	X	X
300.30.004	Inventariação do património financeiro	X	X	X	X
300.30.005	Inventariação e cadastro de bens imóveis	X	X	X	X
300.30.006	Inventariação e cadastro de espécies de fauna e de flora	X	X	X	
300.30.007	Registo de bens móveis não duradouros	X	X	X	X
300.30.008	Registo de documentos e informação	X	X	X	X
300.30.300	Determinação da comunicabilidade de documentos e informação	X	X	X	X
300.30.600	Avaliação de bens imóveis	X	X	X	X
300.30.601	Avaliação de bens móveis	X	X	X	X
300.30.602	Avaliação de informação arquivística	X	X	X	X
300.40	Proteção, conservação e valorização				
300.40.001	Loteamento de iniciativa pública	X			
300.40.002	Urbanização de iniciativa pública	X			
300.40.003	Edificação de iniciativa pública	X	X		
300.40.004	Reprodução de espécies de fauna e de flora	X	X		
300.40.005	Transformação de matérias-primas	X	X		
300.40.500	Conservação e proteção de bens culturais	X	X	X	X
300.40.501	Conservação e proteção de informação	X	X	X	X
300.40.502	Conservação e proteção de recursos naturais, espécies e paisagens	X	X		
300.40.503	Conservação e valorização de edifícios, infraestruturas e equipamentos públicos	X	X	X	X
300.40.504	Controlo de segurança e vigilância de instalações e equipamentos públicos	X	X	X	X
300.40.505	Higienização de instalações e equipamentos públicos	X	X	X	X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
300.40.506	Implementação de ações para cumprimento de parâmetros ambientais	X	X	X	
300.40.507	Implementação de planos de contingência	X	X	X	X
300.40.508	Implementação de redes e sistemas tecnológicos	X	X	X	X
300.40.509	Manutenção e reparação de bens móveis duradouros	X	X	X	X
300.40.510	Monitorização de redes e sistemas tecnológicos	X	X	X	X
300.40.511	Participação de danos patrimoniais	X	X	X	X
300.50	Utilização, exploração e rendibilidade				
300.50.001	Afetação de bens imóveis ao domínio público	X			X
300.50.002	Reserva do uso privativo de imóveis do domínio público	X			X
300.50.003	Afetação interna de bens móveis culturais	X	X		X
300.50.004	Afetação interna de bens móveis duradouros	X	X		
300.50.200	Constituição do direito de superfície sobre bens imóveis	X	X		
300.50.201	Arrendamento ou cedência de utilização de bens imóveis	X	X	X	
300.50.202	Cedência de bens móveis culturais	X	X		X
300.50.203	Aluguer ou cedência de utilização de bens móveis não culturais	X	X		X
300.50.204	Cedência de direitos de propriedade intelectual	X	X		X
300.50.400	Disponibilização de documentos e informação	X	X	X	X
300.50.401	Processamento de pedidos de material consumível	X	X	X	X
300.50.402	Processamento de pedidos de material e de reserva de espaços	X	X	X	X
300.50.600	Exploração económica de espaços públicos, edifícios, infraestruturas e equipamentos	X	X		X
300.50.601	Exploração de recursos naturais	X	X		

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
300.50.800	Controlo da utilização de bens, equipamentos públicos e serviços	X	X	X	X
300.50.801	Processamento de pedidos de serviços de suporte	X	X	X	X
300.50.802	Registo de utilizadores de serviços e de sistemas de informação	X	X	X	X
300.50.803	Registo de prestadores de serviços	X	X	X	X
350	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA				
350.10	Execução orçamental				
350.10.001	Alteração orçamental	X	X	X	X
350.10.100	Liquidação de Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares (IRS)	X	X	X	X
350.10.101	Liquidação de Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas (IRC)	X			X
350.10.200	Liquidação de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	X			X
350.10.201	Liquidação de Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de imóveis (IMT)	X			
350.10.205	Liquidação de Imposto de Selo (IS)	X	X	X	X
350.10.300	Liquidação de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	X	X	X	X
350.10.500	Apuramento da transferência de verbas entre entidades	X	X		X
350.10.501	Liquidação de contribuições para o sistema de proteção da saúde	X	X	X	X
350.10.502	Liquidação de contribuições para a segurança social e aposentação	X	X	X	X
350.10.503	Liquidação de despesas decorrentes de acidentes e doenças de trabalho	X	X	X	X
350.10.505	Processamento de cauções	X	X	X	X
350.10.506	Comparticipação em despesas de saúde ao beneficiário	X	X	X	X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
350.10.507	Processamento de despesas de saúde a prestadores de serviços e farmácias	X			
350.10.508	Processamento de indemnizações	X	X	X	X
350.10.509	Processamento de remunerações	X	X		X
350.10.510	Processamento de ajudas de custo e despesas de deslocações	X	X		X
350.10.511	Reposição e reembolso de valores	X	X	X	X
350.10.600	Lançamento de receitas e despesas	X	X	X	X
350.30	Gestão da tesouraria				
350.30.001	Cobrança de receitas e pagamento de despesas	X	X	X	X
350.30.002	Constituição e liquidação de fundo de maneio	X	X	X	X
350.30.003	Controlo sistemático de numerário e valores	X	X	X	X
350.30.004	Movimentação de valores entre contas	X	X	X	X
350.30.005	Reconciliação bancária	X	X	X	X
350.30.500	Aplicação de excedentes de tesouraria	X	X	X	
350.40	Gestão da dívida e dos créditos públicos				
350.40.203	Recuperação de créditos resultantes da concessão de incentivos financeiros		X		
350.40.204	Recuperação de créditos transferidos de organismos extintos		X		
350.40.401	Contração e amortização de empréstimos	X		X	
350.40.601	Arrecadação de dividendos	X			X
350.40.602	Liquidação de entidades	X	X		X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
400	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTO				
400.10	Registo de dados de identificação e caracterização de entidades ou atos				
400.10.002	Registo de contribuintes	X	X	X	X
400.10.003	Registo de associações de municípios e de freguesias	X			X
400.10.004	Registo de cidadãos da União Europeia	X			X
400.10.005	Registo de emissão de Cartão Europeu de Seguro de Doença	X			X
400.10.006	Registo de editores	X			X
400.10.007	Registo de entidades no sistema de Depósito Legal	X			X
400.10.008	Registo de entidades no sistema integrado de resíduos	X			
400.10.009	Registo nacional de pessoas coletivas	X			X
400.10.010	Registo de trabalhadores no sistema da Caixa Geral de Aposentações	X	X	X	X
400.10.011	Registo de trabalhadores no sistema da Segurança Social	X	X	X	X
400.10.012	Registo de trabalhadores em subsistemas de saúde públicos	X	X	X	X
400.10.013	Registo de artistas e de pessoal auxiliar à realização de espetáculos de natureza artística				X
400.10.014	Registo de atleta de alto rendimento				X
400.10.015	Registo de empresas cinematográficas e audiovisuais				X
400.10.016	Registo de entidades de gestão coletiva de Direito de Autor e de Direitos Conexos				X
400.10.017	Registo nacional do associativismo jovem				X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
400.10.018	Registo nacional de autoridades arquivísticas e biblioteconómicas				X
400.10.019	Registo nacional de clubes e federações desportivas				X
400.10.020	Registo nacional de guardas noturnos				X
400.10.021	Registo nacional de mergulhadores				X
400.10.022	Registo de Organizações Não Governamentais				X
400.10.023	Registo dos órgãos de comunicação social				
400.10.024	Registo de promotor de espetáculos de natureza artística				X
400.10.200	Registo comercial	X			X
400.10.400	Registo de animais de companhia	X			X
400.10.401	Registo animal com interesse pecuário	X	X		
400.10.402	Registo animal em livro genealógico	X		X	
400.10.403	Registo de fichas técnicas de habitação	X			
400.10.404	Registo patrimonial de classificação de bens culturais	X	X		X
400.10.405	Registo patrimonial de inventário de bens culturais	X	X		X
400.10.406	Registo predial	X	X		X
400.10.407	Registo de prédios na matriz predial	X	X		X
400.10.408	Registo de resíduos	X	X		
400.10.409	Registo de veículos automóveis	X	X	X	X
400.10.411	Registo de Drug Master Files			X	
400.10.600	Registo de <i>design</i>	X			X
400.10.601	Registo de <i>International Standard Audiovisual Number (ISAN)</i>	X	X	X	X
400.10.602	Registo de <i>International Standard Book Number (ISBN)</i>	X	X	X	X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
400.10.603	Registo de <i>International Standard Music Number</i> (ISMN)	X			X
400.10.604	Registo de <i>International Standard Serials Number</i> (ISSN)	X	X		X
400.10.605	Registo de <i>International Standard TextCode</i> (ISTC)	X	X		X
400.10.606	Registo de marcas	X			X
400.10.607	Registo de domínio de .PT	X	X		X
400.10.608	Registo de números de polícia	X			
400.10.609	Registo de patentes	X			X
400.10.610	Registo de criações intelectuais do domínio literário, científico e artístico	X	X		X
400.10.611	Registo de publicações no sistema de Depósito Legal	X	X	X	X
400.10.612	Registo de símbolos heráldicos	X			X
400.10.613	Registo toponímico	X			
400.10.615	Registo de publicações periódicas				X
400.30	Formalização notarial de atos jurídicos				
400.30.001	Celebração de contratos e escrituras	X	X	X	X
450	RECONHECIMENTOS E PERMISSÕES				
450.10	Licenciamentos, certificações e outras autorizações				
450.10.001	Autorização de alteração ao horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais	X		X	
450.10.002	Autorização de carreiras de transportes urbanos e interurbanos	X			
450.10.003	Autorização de circulação de veículos de grande dimensão ou veículos especiais	X			
450.10.004	Autorização de trabalhos arqueológicos	X			X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
450.10.005	Autorização e registo de estabelecimentos de alojamento local	X			
450.10.006	Autorização e registo de instalação de equipamentos de videovigilância	X	X		X
450.10.007	Autorização para comércio e armazenamento de produtos alimentares	X			
450.10.008	Autorização para deslocação de animais	X			
450.10.009	Autorização para o exercício de atividades pecuárias	X	X	X	
450.10.010	Autorização para realização de feiras	X			
450.10.011	Emissão e registo de cartas de caçador	X			
450.10.012	Emissão e registo de títulos de condução	X			
450.10.013	Licenciamento de atividades agrícolas e florestais	X			
450.10.014	Licenciamento de atividades de caça	X			
450.10.015	Licenciamento de captação de água para consumo humano	X			
450.10.016	Licenciamento de exploração de circuitos e transportes turísticos	X			
450.10.017	Licenciamento de exploração de pedreiras	X			
450.10.018	Licenciamento de indústrias	X			
450.10.019	Licenciamento de instalações de armazenamento e abastecimento de combustíveis	X			
450.10.020	Licenciamento para instalação de equipamentos de respostas sociais	X			
450.10.021	Licenciamento de lançamento de fogo-de-artifício	X			
450.10.022	Licenciamento de lugares de táxi	X			
450.10.023	Licenciamento de parque zoológico	X			
450.10.024	Licenciamento de pesquisa de massas minerais e pedreiras	X			

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
450.10.025	Licenciamento de pesquisa e captação de águas subterrâneas e superficiais	X			
450.10.026	Licenciamento de táxis	X			
450.10.027	Licenciamento ou autorização de atividades desportivas e de divertimentos na via pública	X			X
450.10.028	Registo de exploração de máquinas de diversão	X			
450.10.032	Autorização de espetáculo tauromáquico				X
450.10.033	Licenciamento da utilização de detetores de metais				X
450.10.034	Licenciamento de atividades de organização de campos de férias				X
450.10.035	Licenciamento de atividades de representação artística				X
450.10.036	Licenciamento de prestação de serviços de mergulho				X
450.10.037	Licenciamento ou autorização para o exercício de atividade de radiodifusão				X
450.10.038	Certificação de competências pedagógicas de formador		X		
450.10.046	Licenciamento e registo de empresas de trabalho temporário		X		
450.10.047	Autorização para o exercício da atividade de fabrico de medicamentos e ou medicamentos experimentais			X	
450.10.048	Autorização para o exercício de atividade de distribuição por grosso de medicamentos e ou matérias primas			X	
450.10.049	Autorização do exercício ou atividade de fabrico e ou distribuição por grosso de dispositivos médicos			X	
450.10.050	Autorização para o exercício de atividade intermediação de medicamentos de uso humano			X	

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
450.10.051	Autorização de funcionamento de entidades prestadoras de apoio ao emprego e inserção no mercado de trabalho		X		
450.10.052	Autorização de realização de ensaios clínicos			X	
450.10.053	Autorização de realização de investigação clínica em Dispositivos Médicos			X	
450.10.054	Autorização de comercialização de medicamentos			X	
450.10.055	Autorização para a transação ou fabrico de substâncias controladas			X	
450.10.200	Processamento de pedidos de informação prévia	X		X	X
450.10.201	Licenciamento ou autorização de loteamentos	X			
450.10.202	Licenciamento ou autorização de remodelação de terrenos	X			X
450.10.203	Licenciamento ou autorização de urbanizações	X			X
450.10.204	Licenciamento ou autorização de edificações	X			X
450.10.205	Licenciamento de utilização de fogos ou espaços	X			X
450.10.206	Autorização de estacionamento na via pública	X	X		X
450.10.207	Autorização para instalação de atividades pecuárias	X	X		
450.10.208	Autorização para a instalação de estabelecimentos industriais	X			
450.10.209	Autorização para instalação de infraestruturas de radiocomunicação	X			
450.10.210	Autorização para ligação à rede de efluentes industriais	X			
450.10.211	Licenciamento de acampamentos ocasionais	X			
450.10.212	Licenciamento ou autorização de obras no subsolo e na via pública	X	X		X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
450.10.213	Licenciamento ou comunicação de ocupação de espaços públicos	X	X		X
450.10.214	Licenciamento ou comunicação de publicidade	X	X		X
450.10.215	Licenciamento especial de ruído	X			
450.10.216	Licenciamento de farmácias	X		X	
450.10.217	Licenciamento de postos farmacêuticos móveis	X		X	
450.10.218	Autorização de transferência de localização de farmácias	X		X	
450.10.219	Licenciamento de grafitos, afixações e picotagens	X			
450.10.220	Licenciamento para a realização de fogueiras	X			
450.10.221	Licenciamento de recintos itinerantes ou improvisados	X			X
450.10.222	Licenciamento de recarga de praias e assoreamentos artificiais	X			
450.10.223	Licenciamento para a rejeição de águas residuais	X			
450.10.224	Licenciamento de trabalhos de consolidação e proteção de margens de recursos hídricos	X			
450.10.225	Processamento de pedidos de parecer prévio de localização de pedreiras	X			
450.10.226	Certificação das condições técnicas e de segurança de recintos fixos de espetáculos de natureza artística				X
450.10.227	Autorização de locais de Venda de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica (MNSRM)			X	
450.10.228	Autorização de realização de obras de remodelação em farmácias e postos farmacêuticos móveis			X	
450.10.400	Autorização e registo de atividades de feirante e de vendedor ambulante	X			

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
450.10.401	Licenciamento de atividades de arrumador de automóveis	X			
450.10.402	Licenciamento de atividades de guarda-noturno	X			
450.10.403	Licenciamento de condução de carruagens puxadas por solípedes	X			
450.10.404	Certificação de entidades formadoras	X	X		X
450.10.408	Acreditação de empresas de arqueologia				X
450.10.409	Atribuição do estatuto do dirigente associativo jovem				X
450.10.410	Atribuição do estatuto de mecenato				X
450.10.411	Certificação das entidades gestoras de plataformas eletrónicas de contratação pública				X
450.10.412	Certificação de profissionais ou entidades de conservação e restauro de bens do património cultural				X
450.10.413	Credenciação de auditores de segurança de entidades de certificação eletrónica do Estado				X
450.10.414	Credenciação de entidades de certificação eletrónica do Estado				X
450.10.415	Credenciação de segurança a entidades para o exercício de atividades industriais, tecnológicas e de investigação				X
450.10.416	Credenciação de segurança de pessoas singulares ou coletivas para administração de informação classificada				X
450.10.417	Credenciação de segurança nacional às empresas de comércio e indústria de bens e tecnologias militares				X
450.10.418	Credenciação para a rede portuguesa de museus				X
450.10.419	Reconhecimento de associações de imigrantes				X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
450.10.420	Reconhecimento de associações de jovens e equiparadas				X
450.10.421	Equiparação ao estatuto de associação juvenil				X
450.10.422	Reconhecimento de fundação				X
450.10.423	Autorização prévia para abertura de representação permanente de fundações estrangeiras				X
450.10.424	Reconhecimento do estatuto de objetor de consciência ao serviço militar				X
450.10.425	Reconhecimento de títulos de profissões regulamentadas		X		
450.10.426	Registo de entidades para a divulgação de informação sobre medicamentos e produtos de saúde aos profissionais do Serviço Nacional de Saúde			X	
450.10.435	Reconhecimento de organismo notificado para efeitos de marcação CE			X	
450.10.436	Designação de Organismo de Avaliação Técnica para efeitos de marcação CE			X	
450.10.600	Certificação da qualidade dos serviços	X	X	X	X
450.10.601	Classificação de empreendimentos turísticos	X			
450.10.602	Classificação de temas de jogos para máquinas de diversão	X			
450.10.603	Emissão de certificados de assinatura eletrónica qualificada	X	X	X	X
450.10.604	Reconhecimento de produtos com denominação de origem e indicação geográfica	X			
450.10.605	Acreditação de ações de formação		X		
450.10.606	Certificação de aplicações informáticas		X	X	
450.10.607	Certificação de aplicações informáticas		X		

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
450.10.608	Autenticação de obras e de conteúdos culturais				X
450.10.609	Autorização de circulação de bens móveis culturais classificados				X
450.10.610	Autorização de importação, expedição e exportação de bens culturais				X
450.10.611	Autorização de substituição de suporte de documentação de conservação permanente		X	X	X
450.10.612	Autorização para utilização terapêutica de substâncias proibida				X
450.10.613	Certificação de segurança a produtos e sistemas de comunicações, de informática e de tecnologias de informação classificada				X
450.10.614	Classificação etária de obras e de conteúdos culturais				X
450.10.615	Credenciação dos pontos de presença do sistema europeu de georreferenciação				X
450.10.616	Reconhecimento de sistema de formação de mergulho				X
450.10.619	Avaliação da conformidade da marcação CE			X	
450.10.620	Autorização para atribuição da designação de medicamento órfão			X	
450.10.621	Autorização de introdução no mercado (AIM) de medicamentos por procedimento nacional			X	
450.10.622	Autorização de introdução no mercado (AIM) de medicamentos por procedimento de reconhecimento mútuo			X	
450.10.623	Autorização de introdução no mercado (AIM) por procedimento descentralizado			X	

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
450.10.624	Autorização de introdução no mercado (AIM) de medicamentos por procedimento centralizado			X	
450.10.625	Autorização de utilização de medicamentos pelos hospitais do Serviço Nacional de saúde			X	
450.10.626	Autorização de utilização de lotes de medicamentos hemoderivados			X	
450.10.627	Autorização para a comparticipação de medicamentos para utilização em ambulatório			X	
450.10.628	Autorização do preço de venda ao público (PVD) de medicamentos			X	
450.10.629	Autorização de pedidos de revisão excecional de preços			X	
450.10.630	Autorização para aquisição direta de medicamentos			X	
450.10.631	Autorização para dispensa de medicamentos em quantidade individualizada			X	
450.10.800	Licenciamento de canídeos e gatídeos	X			
450.20	Classificação e declaração de interesse ou utilidade pública				
450.20.001	Reconhecimento de pessoas coletivas de utilidade pública	X	X		X
450.20.002	Reconhecimento de utilidade pública para efeitos de expropriação	X			X
450.20.003	Reconhecimento de projeto ou programa de interesse social, cultural e científico		X		X
450.20.500	Classificação de áreas protegidas	X			X
450.20.501	Classificação de bens e sítios culturais	X			X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
450.20.502	Criação de regiões demarcadas	X			
450.20.503	Inventariação de património cultural	X			
450.20.504	Estabelecimento de reservas arqueológicas de proteção				X
450.30	Emissão de comprovativos de factos ou atos				
450.30.001	Autenticação de cópias	X	X		X
450.30.002	Certificação de habilitações ou qualificações	X			X
450.30.003	Emissão de certidões	X	X	X	X
450.30.500	Certificação de doença ou de incapacidade	X	X	X	X
450.30.501	Certificação do estado de conservação de imóveis	X	X	X	X
450.30.502	Emissão de declarações	X	X	X	X
500	SUPERVISÃO, CONTROLO E RESPONSABILIZAÇÃO				
500.10	Inspeção, auditoria, fiscalização e monitorização de conformidade à norma				
500.10.001	Auditoria ao funcionamento de serviços públicos	X	X	X	X
500.10.200	Fiscalização simultânea a vários objetos	X	X	X	X
500.10.400	Controlo de atividades pecuárias	X			
500.10.401	Controlo metrológico	X			
500.10.402	Controlo de prédios devolutos	X			
500.10.403	Fiscalização de acampamentos ocasionais	X			
500.10.404	Fiscalização de alojamentos de animais	X			
500.10.405	Fiscalização de atividades de arrumador de automóveis	X			
500.10.406	Fiscalização de atividades de feirante e de vendedor ambulante	X			
500.10.407	Fiscalização de atividades de guarda-noturno	X			

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
500.10.408	Fiscalização de conservação de edifícios	X	X		
500.10.409	Fiscalização de descargas de efluentes e de rejeição de águas residuais	X			
500.10.410	Fiscalização de exploração industrial	X			
500.10.411	Fiscalização de exploração de máquinas de diversão	X			
500.10.412	Fiscalização de exploração de pedreiras	X			
500.10.413	Fiscalização de horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais	X		X	
500.10.414	Fiscalização de ocupação de espaços públicos	X			
500.10.415	Fiscalização de operações urbanísticas	X			X
500.10.416	Fiscalização de publicidade	X		X	
500.10.417	Fiscalização de realização de fogueiras	X			
500.10.418	Fiscalização de ruído	X			
500.10.419	Fiscalização de trânsito	X			
500.10.420	Fiscalização de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros	X			
500.10.421	Fiscalização de utilização de fogos e espaços	X			
500.10.422	Fiscalização prévia do Tribunal de Contas	X	X	X	
500.10.423	Inspeção de elevadores e monta-cargas	X	X		
500.10.424	Controlo de dopagem				X
500.10.425	Controlo de espetáculos tauromáquicos				X
500.10.426	Fiscalização da aplicação de incentivos financeiros		X		X
500.10.427	Fiscalização das atividades de mergulho				X
500.10.428	Fiscalização das entidades certificadoras integradas no Sistema de Certificação Eletrónica do Estado				X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
500.10.429	Fiscalização das plataformas eletrónicas no âmbito da contratação pública				X
500.10.430	Fiscalização da utilização de detetores de metais				X
500.10.431	Fiscalização dos espaços de jogo e recreio				X
500.10.432	Fiscalização de trabalhos arqueológicos				X
500.10.433	Inspeção a entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos				X
500.10.434	Inspeção e fiscalização de segurança a entidades detentoras de informação classificada				X
500.10.435	Visita técnica		X		X
500.10.444	Fiscalização da atividade de entidades no âmbito do medicamento			X	
500.10.445	Fiscalização de medicamentos			X	
500.10.446	Fiscalização de produtos cosméticos			X	
500.10.447	Fiscalização de dispositivos médicos			X	
500.10.448	Avaliação prévia de publicidade a produtos e serviços			X	
500.10.449	Fiscalização de medicamentos			X	
500.10.450	Fiscalização de produtos cosméticos			X	
500.10.451	Fiscalização de dispositivos médicos			X	
500.10.600	Monitorização sistemática da conformidade	X	X		X
500.10.601	Controlo da eliminação de documentos	X	X	X	
500.10.602	Controlo da publicidade institucional do Estado				X
500.10.605	Controlo de stocks de medicamentos e avaliação de alternativas terapêuticas comercializadas			X	

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
500.10.606	Controlo do movimento de vendas de estupefacientes e psicotrópicos			X	
500.20	Ação disciplinar				
500.20.001	Realização de averiguação	X		X	X
500.20.002	Realização de inquérito	X	X	X	X
500.20.003	Realização de sindicância	X		X	X
500.20.300	Procedimento disciplinar	X	X	X	X
500.20.600	Reabilitação de infratores	X	X	X	X
500.30	Ação sancionatória e cautelar				
500.30.001	Aplicação de contraordenações	X	X	X	X
500.30.002	Aplicação de sanções administrativas inominadas	X	X	X	X
500.30.003	Aplicação de sanções contratuais	X	X	X	X
500.30.004	Aplicação de sanções disciplinares	X	X	X	X
500.30.500	Aplicação de medidas administrativas cautelares	X		X	X
500.40	Impugnação administrativa				
500.40.001	Processamento de reclamações de atos administrativos	X	X	X	X
500.40.500	Processamento de recursos hierárquicos	X	X	X	X
500.40.501	Processamento de recursos tutelares	X	X	X	X
550	EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA, PROTEÇÃO OU DEFESA				
550.10	Segurança pública				
550.10.001	Policimento de espaços públicos e abertos ao público	X			X
550.10.002	Ação policial a eventos de alto risco	X			X
550.10.003	Ação policial em parceria com a comunidade	X			X
550.10.004	Apoio policial a diligências	X			X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
550.10.300	Sinalização informativa e reguladora	X	X		X
550.10.307	Controlo e implementação de medidas de segurança de medicamentos			X	
550.10.600	Reposição da ordem pública	X			X
550.20	Proteção civil e socorro de emergência				
550.20.001	Emissão de avisos e declaração de alertas	X		X	X
550.20.002	Ação de vigilância	X			X
550.20.003	Realização de exercícios e simulacros	X	X		X
550.20.004	Realização de piquetes de prevenção	X			X
550.20.500	Ação de proteção e socorro	X	X		X
550.30	Missões de defesa e apoio à paz				
600	ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA				
600.10	Prevenção e investigação criminal				
600.10.500	Processamento de inquérito-crime	X			
600.10.502	Procedimento preliminar a processo sumário	X			
600.20	Resolução alternativa de litígios				
600.20.001	Ação em julgado de paz	X			
600.20.300	Ação em sistema de mediação familiar	X			
600.20.301	Ação em sistema de mediação laboral	X		X	
600.20.302	Ação em sistema de mediação penal	X			
600.20.600	Ação em arbitragem	X		X	
600.30	Produção de prova e decisão judicial				
600.30.001	Ação em matéria administrativa	X		X	
600.30.100	Ação em matéria cível	X			
600.30.200	Ação em matéria comunitária	X		X	

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
600.30.300	Ação em matéria constitucional	X			
600.30.400	Ação em matéria de família e menores	X			
600.30.500	Ação em matéria financeira	X		X	
600.30.600	Ação em matéria fiscal	X		X	
600.30.700	Ação em matéria laboral	X		X	
600.30.800	Ação em matéria penal	X			
600.40	Execução de penas e de medidas cautelares				
600.40.501	Execução de títulos executivos	X			
600.40.502	Prestação de trabalho a favor da comunidade	X			
650	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL				
650.10	Atribuição de prestações sociais e auxílios económicos				
650.10.001	Concessão de pensões de invalidez	X	X		X
650.10.002	Concessão de pensões de sobrevivência	X	X		X
650.10.003	Concessão de pensões de velhice	X	X		X
650.10.004	Concessão de prestações por parentalidade	X	X		X
650.10.005	Concessão de prestações compensatórias de subsídio de férias e de natal por motivo de doença e de parentalidade	X	X		X
650.10.006	Concessão de subsídios por adoção	X			
650.10.007	Concessão de subsídios por assistência a filho ou a neto	X	X		X
650.10.008	Concessão de subsídios para assistência a filho com deficiência ou doença crónica	X	X		
650.10.009	Concessão de subsídios de desemprego	X	X		X
650.10.010	Concessão de subsídios de doença	X	X		X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
650.10.011	Concessão de subsídios por interrupção de gravidez	X	X		
650.10.012	Concessão de subsídios por risco clínico durante a gravidez	X	X		
650.10.013	Concessão de subsídios por riscos específicos	X			
650.10.100	Concessão de auxílios económicos a estudante	X	X		X
650.10.101	Concessão de participações para redes de serviços e equipamentos sociais	X			X
650.10.102	Concessão de prestações em espécie	X	X		X
650.10.103	Concessão de subsídios de precaridade económica	X	X		X
650.10.104	Concessão de subsídios de produtos de apoio	X	X		X
650.10.105	Atribuição de rendas apoiadas	X			X
650.10.200	Concessão de participações para pagamentos devidos a menores	X			X
650.10.201	Concessão de participações de para pagamento salarial	X	X		
650.10.202	Concessão de complemento solidário para idosos	X			
650.10.203	Concessão de pensões sociais de invalidez	X			
650.10.204	Concessão de pensões sociais de velhice	X			
650.10.205	Concessão de rendimento social de inserção	X	X		
650.10.206	Concessão de subsídios sociais por adoção	X			
650.10.207	Concessão de subsídios sociais de desemprego	X	X		
650.10.208	Concessão de subsídios sociais por interrupção de gravidez	X			
650.10.209	Concessão de subsídios sociais por parentalidade	X			X
650.10.210	Concessão de subsídios sociais por riscos clínicos durante a gravidez	X			

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
650.10.211	Concessão de subsídios sociais por riscos específicos	X			X
650.10.300	Concessão de abonos de família para crianças e jovens	X	X	X	
650.10.301	Concessão de abonos de família pré-natal	X	X		
650.10.302	Concessão de complementos por dependência	X			
650.10.303	Concessão de pensões de orfandade	X			
650.10.304	Concessão de pensões de viuvez	X			
650.10.305	Concessão de subsídios por assistência a terceira pessoa	X			
650.10.306	Concessão de subsídios de funeral	X			
650.10.307	Concessão de subsídios por frequência de estabelecimentos de educação especial	X	X		
650.10.308	Concessão de subsídios por morte	X	X		
650.10.309	Concessão de subsídios vitalícios	X			
650.10.400	Comparticipação a instituições de solidariedade social regulada por utente por portaria	X			
650.10.401	Comparticipação a instituições de solidariedade social regulada por utente por programa	X			
650.10.500	Comparticipação a instituições de solidariedade social por apoio à gestão	X			
650.20	Serviços e equipamentos sociais				
650.20.001	Sinalização e encaminhamento em situações de vulnerabilidade	X	X		X
650.20.300	Aconselhamento jurídico	X			X
650.20.301	Apoio domiciliário	X			X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
650.20.302	Apoio à integração e inserção profissional	X	X		X
650.20.304	Apoio psicossocial	X			X
650.20.305	Atribuição de produtos de apoio	X	X		X
650.20.600	Acolhimento de emergência em equipamentos de apoio social	X			X
650.20.601	Admissão e desenvolvimento em instituições sociais residenciais ou estruturas de alojamento	X			X
650.20.602	Processamento de pedidos de acesso a equipamentos de apoio social não residencial	X	X		X
650.20.603	Utilização de equipamentos de apoio social residenciais e não residenciais	X			X
700	PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE				
700.10	Gestão de utentes				
700.10.001	Referenciação de utentes para consultas	X	X		X
700.10.004	Registo de utilizadores de unidades de saúde	X	X		X
700.20	Serviços clínicos				
700.20.001	Imunização	X			
700.20.100	Rastreio	X	X		
700.20.101	Realização de ações de saúde em campanha	X	X		
700.20.200	Prestação de cuidados de saúde personalizados	X	X		X
700.20.300	Prestação de cuidados de emergência médica	X	X		X
700.20.700	Vacinação de animais	X	X		
700.20.800	Prestação de cuidados curativos veterinários	X	X		
700.20.901	Eutanásia de animais	X			

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
710	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E SALUBRIDADE PÚBLICAS				
710.10	Serviços de higiene e limpeza				
710.10.001	Limpeza de espaços públicos	X			X
710.10.002	Recolha de resíduos	X	X	X	X
710.10.003	Drenagem e tratamento de águas residuais e efluentes	X			X
710.10.300	Captura e entrega de animais	X			X
710.10.301	Sequestro sanitário de animais	X			X
710.10.302	Recolha de cadáveres de animais	X	X		X
710.10.600	Controlo de pragas	X	X		X
710.20	Serviços mortuários				
710.20.001	Inumação e cremação de cadáveres e ossadas	X		X	X
710.20.300	Exumação de cadáveres e ossadas	X			X
710.20.600	Depósito de urnas em cemitério	X			X
710.20.601	Transladação de cadáveres e ossadas	X			
750	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSINO E FORMAÇÃO				
750.10	Gestão do aluno/formando				
750.10.001	Seleção e seriação para ingresso no ensino ou formação	X	X		X
750.10.002	Processamento de matrículas ou inscrições no ensino ou em formação	X	X	X	X
750.10.300	Processamento dos dados cadastrais de alunos ou formandos	X	X	X	X
750.10.600	Controlo de assiduidade de alunos ou formandos	X	X		X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
750.20	Gestão formativa e curricular				
750.20.001	Conceção, revisão e extinção de currículos e planos de estudos ou formação	X	X		X
750.20.300	Produção e seleção de recursos didático-pedagógicos	X	X		X
750.20.301	Distribuição de atividades de ensino ou formação	X	X	X	X
750.20.600	Realização de atividades de ensino ou formação	X	X	X	X
750.30	Avaliação de aprendizagens				
750.30.001	Conceção e revisão dos métodos de avaliação de aprendizagens	X	X		X
750.30.300	Elaboração de instrumentos de avaliação de aprendizagens	X	X	X	X
750.30.600	Aplicação de instrumentos de avaliação de aprendizagens	X	X	X	X
750.30.601	Processamento e comunicação de resultados de avaliação	X	X	X	X
750.30.602	Reconhecimento, creditação e validação de competências e qualificações	X	X	X	X
800	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO				
800.10	Execução de serviços científicos e técnicos				
800.10.001	Produção de informação georreferenciada	X			
800.10.300	Controlo ambiental de infraestruturas e equipamentos	X	X	X	X
800.10.301	Monitorização de índices de poluição ambiental	X			
800.10.302	Monitorização de recursos naturais, espécies e paisagens	X			
800.10.303	Monitorização do abastecimento e distribuição de água e do saneamento de águas residuais	X		X	
800.10.304	Monitorização de segurança de medicamentos após autorização de introdução no mercado (AIM)			X	

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
800.10.305	Monitorização da segurança de ensaios clínicos			X	
800.10.601	Realização de ensaios laboratoriais	X		X	X
800.10.602	Realização de estudos científicos e técnicos de apoio a políticas públicas	X	X	X	X
800.10.603	Realização de perícias	X			X
800.10.604	Realização de traduções	X	X		X
800.10.605	Realização de transcrições	X	X		X
800.20	Execução de projetos de investigação e desenvolvimento				
800.20.001	Realização de estudos de investigação básica	X	X	X	X
800.20.002	Execução de projetos de investigação aplicada	X		X	X
800.20.500	Desenvolvimento experimental e aplicacional	X	X	X	X
850	EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E DE AÇÕES DE INCENTIVO				
850.10	Atribuição e controlo de financiamentos e de ajudas diretas				
850.10.001	Atribuição de subsídios à exploração de serviços públicos	X			X
850.10.002	Formalização de candidaturas e acompanhamento de apoios regulares	X	X		X
850.10.003	Formalização de candidaturas e acompanhamento de apoios pontuais	X	X	X	X
850.10.004	Controlo da atribuição dos incentivos financeiros				X
850.10.500	Atribuição de prémios	X	X	X	X
850.10.600	Atribuição de patrocínios	X	X	X	X
850.10.601	Captação e aplicação de apoios mecenáticos	X	X		X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
850.30	Atribuição e controlo de bonificações				
850.30.001	Concessão de bonificações		X		
850.30.002	Controlo de Bonificações		X		
850.40	Atribuição e controlo de garantias financeiras prestadas pelo Estado				
850.40.001	Concessão, gestão e execução de garantias pessoais		X		
850.40.002	Concessão e gestão de garantias a operações de seguro do risco		X		
900	DINAMIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				
900.10	Execução de atividades de dinamização da sociedade				
900.10.001	Conceção e realização de atividades ou acontecimentos artísticos	X			X
900.10.002	Produção de atividades desportivas ou recreativas	X			X
900.10.500	Organização e participação em homenagens e cerimónias comemorativas	X	X	X	X
900.10.501	Organização e participação em iniciativas de partilha e debate crítico	X	X	X	X
900.10.502	Organização e participação em iniciativas de prevenção e sensibilização	X	X	X	X
900.10.503	Organização e participação em iniciativas de promoção ou divulgação de produtos e serviços	X	X	X	X
900.10.504	Publicitação de iniciativas e atividades	X	X		X
900.20	Execução de atividades de comunicação institucional				
900.20.001	Criação de imagem e identidade gráficas	X	X	X	X
900.20.002	Criação de produtos e artigos promocionais	X	X		X
900.20.200	Produção e controlo de informações e conteúdos institucionais	X	X	X	X

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
900.20.201	Edição de conteúdos e produção editorial	X	X	X	X
900.20.400	Elaboração de informações ou esclarecimentos institucionais para a comunicação social	X	X	X	X
900.20.401	Promoção ou participação em conferências de imprensa e entrevistas	X	X	X	X
900.20.402	Recolha e tratamento de dados de imprensa	X	X	X	X
900.20.600	Criação e atualização de contactos institucionais	X	X	X	X
900.20.601	Organização de cerimónias de tomada de posse e assinatura de documentos	X	X	X	
900.20.602	Organização de visitas institucionais	X	X	X	X
900.20.603	Processamento de pedidos de audiência	X	X	X	X
900.20.604	Processamento de pedidos de informação	X	X	X	X
950	ADMINISTRAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA				
950.10	Administração eleitoral				
950.10.001	Marcação de atos eleitorais e referendários	X			X
950.10.200	Apreciação e admissão de candidaturas a atos eleitorais	X			X
950.10.201	Apreciação e admissão de propostas de referendo	X			
950.10.400	Apoio técnico e logístico ao processo eleitoral e referendário	X			
950.10.401	Constituição de assembleias de voto	X			
950.10.402	Definição e atribuição de meios para propaganda eleitoral	X			
950.10.600	Controlo de operações de votação e apuramento parcial de resultados	X			
950.10.601	Constituição de assembleias de apuramento geral	X			
950.10.602	Apuramento geral de resultados	X			

Código	Título	Designação da entidade			
		Administração Local	IEFP	INFARMED	SG-PCM
950.20	Processamento de ações peticionárias, reclamações e manifestações de congratulação				
950.20.001	Processamento de petições, reclamações e sugestões	X	X	X	X
950.20.300	Processamento de elogios e agradecimentos	X	X	X	X
950.20.600	Processamento de avisos de exercício do direito de reunião em locais públicos	X			
950.30	Atribuição de distinções honoríficas				
950.30.001	Reconhecimento por mérito e serviços prestados	X	X	X	X

Classificação em processos comuns à Administração: A utilização pelas várias entidades do mesmo processo de negócio

De forma a explicitar o quadro anterior, demonstramos, a título indicativo, o processo de negócio *100.10.600 Produção e comunicação de regras institucionais*. Tal como refere a tabela supra, as quatro organizações para as quais foram efetuados planos de classificação conformes à MEF entendem reconhecer a existência deste processo de negócio na sua Organização, visto todas elas produzirem e/ou comunicarem atos normativos internos.

O processo mencionado é comum à administração (visto ser passível de acontecer em mais de uma organização), pelo que a sua classificação, título, descrição, notas de aplicação e termos de índice são utilizados pelas entidades que reconheçam a existência deste processo na sua organização. Assim, qualquer entidade que pretenda usar este processo de negócio poderá apenas, caso o pretenda, personalizar as notas de aplicação e termos de índice, de acordo com a sua instituição, de forma a facilitar a classificação, mantendo no

entanto toda a nomenclatura inerente ao processo.

A metodologia de trabalho em referência pode ser aplicada a todos os processos que são comuns à Administração.

Classificação em Processos Transversais à Administração Quando Várias Entidades Concretizam o Mesmo Processo de Negócio

O conceito supra aplica-se quando o processo de negócio atravessa, para a execução de uma mesma função, mais de uma organização.

Neste caso, as organizações em questão, tal como referimos anteriormente, classificam a informação no mesmo processo de negócio e utilizam o mesmo código e descrição, considerando que, no plano de classificação, o processo de negócio é descrito como um todo, independentemente do nível de participação das entidades envolvidas. No campo notas de aplicação e termos de índice, poder-se-á personalizar, complementando com a especificação da participação de cada entidade,

passando-se a ter uma visão supra-organizacional.

Novos Processos Levantados em Entidades Específicas

Após o período de harmonização, foram levantados os processos de negócio propostos por entidades específicas, como o Instituto do Emprego de Formação Profissional, INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P e Secretaria Geral da Presidência do Conselho e Ministros, cuja intervenção não se enquadrava no âmbito da relação entre a Administração central e a local.

Os processos de negócio específicos de uma organização (Tipo de processo passível de **não ocorrer** em todas as entidades da Administração Pública) podem também ter a característica de transversais, já que, apesar os mesmos serem apenas da competência de uma determinada entidade, poderá ser necessário a intervenção de um outro organismo, para completar qualquer a ação.

Para que estes processos específicos possam ser contemplados no plano de classificação, deverá seguir o mesmo procedimento, pelo que a entidade proponente fará a descrição, notas de aplicação e exclusão e proporá os temas de índice, para queo processo conste no plano de

classificação único e transversal à Administração.

Os exemplos que se seguem mostram que organismos como o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, entidade com serviços desconcentrados pelo país, classificam a sua informação em 303 processos de negócio, sendo que apenas 4 são específicos e 297 comuns a outros organismos da Administração.

O INFARMED, entidade do Ministério da Saúde, contempla no seu plano de classificação um total de 247 processos de negócio, dos quais apenas 39 são considerados como específicos, pelo que 208 são comuns a outros serviços da Administração.

Ao nível da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, cujo levantamento foi efetuado no âmbito das entidades que o compõem, num total de 31, à data, foram levantados, num total de 370 processos de negócio, 315 comuns e 55 específicos.

Os dados supra mencionados confirmam que os processos comuns à Administração são mais que os processos de negócio específicos, sendo, por isso, mais fácil atualmente iniciar um trabalho de elaboração de um plano de classificação para qualquer entidade, em virtude de a maioria dos processos se encontrar classificada e descrita.

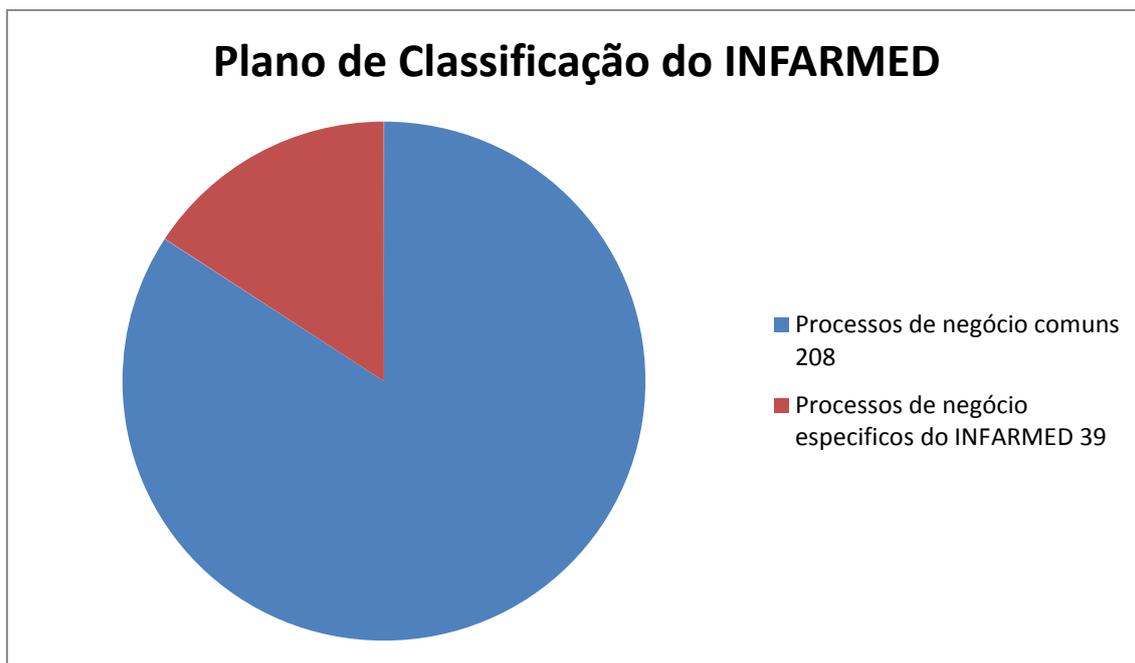
Classificação em processos comuns e em processos específicos



Instituto do Emprego e da Formação Profissional, entidade com serviços desconcentrados pelo País, classifica a sua informação em 303 processos de negócio, sendo apenas 4 específicos e 297 comuns a outros organismos da Administração.

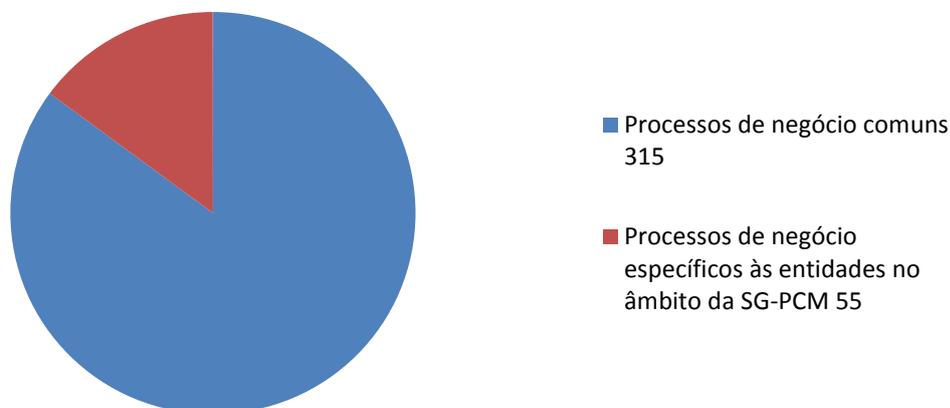
Plano de Classificação do INFRAMED

Classificação em processos comuns e em processos específicos



INFARMED, entidade do Ministério da Saúde, contempla no seu plano de classificação um total de 247 processos de negócio, dos quais apenas 39 são considerados como específicos. Saliente-se o facto de estes poderem, no momento em que se conclua o plano de classificação de outras entidades, tomar a característica de transversais, já que, além de passarem para a esfera de outra entidade, o INFARMED é cliente não dono do processo.

Plano de Classificação das entidades no âmbito da Secretaria de Estado da Presidência do Conselho de Ministros



Ao nível da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, cujo levantamento foi efetuado no âmbito das entidades que a compõem, num total de 31 Serviços, à data, num total de 370 processos de negócio, 315 processos são comuns e 55 específicos.

Uma Economia de Escala

A elaboração de um plano de classificação único conforme à MEF aplicado a todos os organismos da Administração apresenta-se como um produto dinâmico, possibilitando, segundo os modelos conceptuais, o seu crescimento.

A qualquer momento, sem colocar em questão a metodologia da sua construção, qualquer organização pode acrescentar um processo de negócio, bastando apenas verificar se o mesmo já se encontra identificado e faz parte do plano de classificação único. O inverso também pode acontecer, a partir do momento que uma entidade, em virtude das dinâmicas de alteração de competências, vicissitudes próprias dos dias de hoje, considere não ter participação num determinado processo de negócio, podendo retirá-lo do seu plano de classificação, sem colocar em causa o instrumento trabalho.

Esta lógica de trabalho permite pois às organizações, de uma forma fácil e rápida, apresentarem um plano de

classificação, respeitando a interoperabilidade semântica e, assim, promover a comunicação entre os Serviços da Administração central e local, sem que seja necessário envolver um grande número de recursos.

Produto Apresentado Pelo Órgão de Coordenação da Política Arquivística Nacional

Num trabalho colaborativo com a Administração cabe ao órgão da política arquivística nacional a responsabilidade de coordenar o levantamento dos processos de negócio, acompanhar e avaliar a descrição dos mesmos, atribuir a classificação, compilar uma lista com todos os processos de negócio já consolidados existentes na Administração central e local, assim como os termos de índice atribuídos pelos serviços, construindo deste modo, de forma conjunta e participada, aquele que será o 1º plano de classificação para toda a Administração.

Conclusão: Os Benefícios da Utilização de Um Único Plano de Classificação

A utilização do conceito de processo de negócio, atendendo à sua idiossincrasia, tem permitido um levantamento da execução dos processos da Administração, independentemente do seu nível de participação, permitindo a interoperabilidade semântica e a utilização de plataformas de gestão de informação possibilitando ainda a reutilização da informação, tão necessária na atualidade.

Para além destes ganhos, tornou-se também possível uma mais eficaz gestão da informação, com o controlo da informação produzida, uma

maior eficácia e eficiência na recuperação dessa mesma informação, assim como uma maior facilitação da elaboração de planos de preservação e facilitação na atribuição de destinos finais e prazos de conservação.

O instrumento de trabalho em referência permite igualmente a construção de uma única tabela de avaliação documental para o total da Administração, já que, aquando da decisão de aplicar o prazo de conservação e destino final da informação, encontra-se determinado o organismo responsável pela sua aplicação, facilitando, dessa forma, o processo de avaliação arquivística.

REFERÊNCIAS:

LOURENÇO, Alexandra; HENRIQUES, Cecília; PENTEADO, Pedro - O desafio da interoperabilidade na gestão dos arquivos da Administração: propostas do órgão de coordenação nacional de arquivos, Lisboa, Atas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2012, [Consult. 10 de setembro de 2014] <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/452>

LOURENÇO, Alexandra; HENRIQUES, Cecília; PENTEADO, Pedro – Novos modelos e

instrumentos de gestão da informação arquivística na Administração Pública: a Macroestrutura funcional (MEF). [Em linha]. Oeiras, 2011. [Consult. 09 de setembro de 2014]. Disponível na Internet em: <http://repap.ina.pt/handle/10782/580>.

PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO - *Decisão n.º 922/2009/CE*, de 16 de Setembro de 2009: Soluções de interoperabilidade para as administrações públicas europeias.